

## PESQUISAS

# PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DO LAZER NAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DO ESPORTE E OS MOVIMENTOS AUTÔNOMOS URBANOS DE SÃO PAULO. (2004-2013)\*

YURI VASQUEZ SOUZA\*\*

Essa pesquisa tem o objetivo problematizar as representações do lazer constitutivas das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas e implementadas desde o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de como Coletivos Urbanos Autônomos ligados à mobilidade podem ser exemplos de formas libertárias de pensar e viver. Busco discutir como o lazer foi tratado, bem como as quais propostas foram aprovadas nas Conferências Nacionais de Esporte (2004, 2006 e 2010), em suas plenárias finais e publicadas em seus Documentos Finais, a fim de orientar as políticas de Estado. Para além das políticas públicas, pretendo estudar a atuação social e política dos Coletivos Urbanos Autônomos

ligados à questão da mobilidade, mais especificamente os que têm relação direta com o uso de bicicletas, destacando a maneira como apontam, em sua crítica ao capitalismo neoliberal para novas formas de pensar e praticar o direito à cidade.

Antes de tratar especificamente das representações de lazer constitutivas das políticas de Estado cabe percorrer a trajetória histórica do campo de estudo acerca do lazer no Brasil.

As discussões acerca do lazer no Brasil têm crescido consideravelmente enquanto campo de pesquisa. Nas últimas décadas, observamos como diversas áreas do conhecimento, como a Educação Física, História, Sociologia, Antropologia, vem sistematizando a reflexão sobre o tema. Destacam-se eventos e debates em vários espaços culturais e o crescente número de publicações direcionadas ao tema.

Vale considerar que os estudos atuais de lazer fundamentalmente levam em consideração algumas mudanças ocorridas na área desde a segunda metade do século XIX. O sociólogo francês Joffre Dumazedier aponta que, naquela época, o lazer foi entendido apenas como um tempo disponível depois dos afazeres e somente na década de 1930, um novo significado é acrescido, quando passa a ser entendido como conjunto das distrações e ocupações a que o trabalhador pode se entregar no tempo de não-trabalho. Estes estudos estão alicerçados nas discussões em torno da regulamentação da duração da jornada de trabalho e da capacidade do trabalhador para vivenciar o lazer decorrente da redução da jornada.

Com isso há mudanças na representação do lazer, que passa a ser entendido como tempo e espaço que propiciam a vivência de outras possibilidades de experiências, que não fazem parte do mundo do trabalho e que se difundem nas sociedades urbano-industriais. Delineava-se um debate que girava em torno da regulamentação e da redução da jornada de trabalho, o que gerou uma preocupação por parte de vários setores sociais, do Estado e de empresas particulares com os usos que os

trabalhadores poderiam fazer do tempo livre, instigando a realização de pesquisas sobre o tema e de como manter o trabalhador limitado a leis e normas morais estabelecidas. Essa perspectiva leva ao tratamento do lazer como negação do ócio, já que esse último passa a ser visto “como sinônimo da vadiagem, preguiça, inutilidade, tédio, improdutividade, imoralidade e até mesmo da doença.” O ócio perde o sentido original que lhe atribuíam os antigos gregos e passa a ser desclassificado e condenado como vagabundagem, na sociedade do trabalho. Como isso, soluções ao ócio começam a ser direcionadas com técnicas de disciplina do trabalho e também como a organização do uso do tempo livre, entendendo-se o lazer como a técnica de correção e atribuindo a ele a produção institucional de formas de diversão, descanso, cultura e evasão. O lazer entra na agenda e no vocabulário social como tempo produtivo também de recuperação das forças gastas do trabalhador.<sup>1</sup>

Na década de 1970, observa-se um grande salto na produção acadêmica e nos programas destinados ao uso do tempo livre e ao lazer. Passa-se a falar mais de lazer nos meios de comunicação e também em debates de cunho político, médico, cultural dentre outros, mas tendo como contrapartida um aumento na carga horária de trabalho, que reduz drasticamente o tempo livre de grande parcela dos trabalhadores.

Com isso, o campo de estudos se amplia, mostrando-se capaz de reunir diversas áreas do conhecimento em torno de uma só temática, estimulando a realização de investigações, projetos e ações coletivas e institucionais. É de se destacar o “Seminário sobre Lazer: perspectiva para uma cidade que trabalha”, realizado em São Paulo-SP, que acontece em 1969, fruto de uma parceria entre a Secretaria do Bem-Estar e o Serviço Social de Comércio de São Paulo (SESC-SP). O evento contou tanto com participações de instituições sociais, quanto de participações individuais de pesquisadores de diversas áreas. De fato, o lazer já existia e já fazia parte de cotidiano das pessoas, mesmo antes de se tornar objeto de

estudo e interpretação, contudo, o que ali se via era uma tentativa de teorizar o lazer como tempo produtivo e difundir uma nova maneira de olhá-lo a fim de reorientar práticas, analisar seus limites, ampliar suas possibilidades e buscar possíveis falhas e acertos na organização da vida da população.

“A partir da separação e exclusão de certos programas de lazer, da crítica a certos usos do tempo livre, foi se delineando a necessidade de uma única e modelar identidade ao lazer e uma definição das diversões e do lúdico pautada pelas regras de um lazer responsável pelo desenvolvimento e integração social nos moldes dos planos de governo dos anos 1970. Tratava-se de uma operação dupla e simultânea: a verdade do lazer (aquilo que ele deveria ser) passava a prescrever e a conferir legitimidade à verdade dos discursos sobre ele, ao mesmo tempo em que o discurso verdadeiro (aquele que falava em nome do melhor lazer e dos legítimos programas de lazer) passava a constituir a verdade de seu objeto, que é o próprio lazer.”<sup>2</sup>

Na década de 1980, o campo científico do lazer desenvolve-se significativamente, e a temática começa a ser analisada mais quantitativa e qualitativamente em diversas instâncias. Observa-se, na década seguinte, a intensificação dos eventos, das pesquisas e publicações, além da criação de diversos núcleos de pesquisa, vinculado às universidades brasileiras, que tratam de questões relativas ao lazer.

O lazer vem-se tornar direito social com a promulgação da Constituição de 1988. Esse fato impulsiona ainda mais o crescimento nas pesquisas e publicações que buscam compreender melhor o campo de estudo e ampliando as perspectivas sobre o tema.

Com isso chegamos a Fernando Mascarenhas e Lino Castellani Filho, teóricos da educação física, que se apoiam nos estudos marxistas para uma ampliação no entendimento do lazer e suas praticas, conceito esse que me norteiam no presente projeto.

As práticas de lazer como atividade sequestrada e moldada pelo mercado na “sociedade de controle”<sup>3</sup> em que vivemos também são questionadas por Castellani Filho.<sup>4</sup> Ele entende o lazer como uma expressão que compreende o tempo e espaço, onde estão inseridas as vivências lúdicas e de apropriação da cultura em contraponto ao trabalho (aqui no seu sentido de trabalho alienado e abstrato), e encontram-se diversas manifestações e interesses socioculturais que podem ocupar o tempo livre a seu modo.

Próxima a essa concepção, encontramos a interpretação do lazer nos estudos de Mascarenhas,<sup>5</sup> nos quais este é tratado de forma não restrita às exigências do mercado, dando novas possibilidades de contemplação e expressão ao lazer como sendo um “Fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura perpassando por relações de hegemonia.”

A interpretação do lazer precisa ir além da análise contemporânea do tempo livre ou até do lazer como direito social. Nessa linha de argumentação, o lazer passa por uma relação dialética onde estaria inserida a lógica do ócio, já que em se tratando de lazer não se pode descartar os reflexos do ócio nele contidos. O ócio se manifesta no lazer de uma forma residual, ao ponto que contradiz a lógica do lazer mercantilizado, o lazer contemporâneo.

Entretanto, essas duas vertentes por si só não dão conta de explicar esse fenômeno, sendo então apenas apropriações utilitárias das antigas representações do ócio. Com isso, temos também que fazer uma análise do ócio para além daquilo que o capital estruturou como uma forma de apropriação do tempo, nem podemos acolher no ócio exclusivamente a automática apropriação do tempo livre, nem negar as potencialidades nele existentes na atual contemporaneidade de formas contra-tendências, já que o ócio se evidencia no papel de evocador e

preservador ao mesmo tempo “de valores e qualidades sociais já alcançados que almejamos reconquistar”<sup>6</sup>

Refletindo sobre o caso brasileiro, Mascarenhas propõe que, em nosso país, há uma *invenção do lazer* pelos processos de internacionalização do capital, desde o fim do século XIX e início do século XX. A modernização e a industrialização promovem o fim da escravidão, firmando bases para a exploração do trabalho livre, enquanto a urbanização das cidades e a racionalização da política favorecem o controle do ócio pela produção capitalista. Transforma-se assim o ócio em lazer, o que “é hegemonicamente subserviente e útil às exigências e necessidades do capital.”<sup>7</sup> A partir desse raciocínio, o autor prossegue:

Se o sujeito particular não percebe conscientemente o caráter prático-material do lazer, enxergando-o apenas como algo desinteressado, isto não significa que sua leitura corresponda à verdade. Para além de esfera subjetiva, olhando para sua dimensão objetiva, o lazer revela-se como um fenômeno por demais interessado, altamente servil às demandas emanadas a partir do sistema de metabolismo social estruturado pelo capital.<sup>8</sup>

Mas também não se pode negar que o lazer tem uma utilidade prática como uma atividade que responde as necessidades lúdicas e estéticas do homem. Assim que não podemos ter no ócio a automática identificação do tempo livre, mas também não podemos negar sua presença. Nesse ponto, não poderemos esquecer o passado, desprezando o ócio como forma de utilização do tempo livre, mas também não ter só nele o próprio tempo livre à medida que desprezaríamos todo contexto histórico que passou e em que estamos hoje inseridos. Com isso, o anseio desse estudo em contemplar os princípios e possibilidades da ação política que almeja e tenha a vontade de tornar real o lazer, de uma forma crítica, superadora e humanista e que um outro tipo de sociabilidade e

uma experiência lúdica, que se articulada, dá a possibilidade de um novo modo de se conceber e organizar a vida.<sup>9</sup>

Com esses apontamentos, é possível pensar nas implicações políticas do lazer e suas possibilidades para a construção de uma sociedade livre e mais igualitária. No entanto, não se pode perder de vista que estamos lidando com uma das possíveis representações do lazer, que não é homogêneo, mas carregado de contradições e que, na atualidade, segue hegemonicamente a lógica do mercado. Ou seja, o lazer se expressa, em grande parte, como uma mercadoria a ser adquirida por meio da troca em dinheiro. Afirmar as possibilidades do lazer no âmbito do tempo livre é ir contra essa lógica, abrindo para outras concepções. Por isso, a luta pelo direito ao lazer em sua amplitude passa pelo questionamento de uma única representação possível do mesmo, e nesse quadro, a devida atenção às políticas que evocam o lazer de forma abstrata, quase sem significado aparente, e com apelos gerais e não somente às práticas esportivas são fundamentais.

Diante de tais perspectiva aceca da representacao de lazer, a questão que se coloca é: Para onde foram direcionadas as Políticas Publicas de Lazer no Governo Luiz Inácio "Lula" de Silva entre 2003-2010? Qual a representação de lazer norteiam tais políticas?

Em busca de resposta sobre representação de lazer constitutiva das Políticas de Estado para o lazer me deparei as Política Nacional de Esporte e Lazer a qual é orientada pelas Conferências Nacionais do Esporte, que ocorreram na primeira vigência do Governo Lula (2003-2006). Essa gestão foi responsável pela divisão do Ministério do Esporte e Turismo em duas pastas distintas, criando assim o Ministério do Esporte. As análises então devem conter a 1ª Conferência Nacional do Esporte e também a 2ª Conferência Nacional do Esporte. Estas se mostraram importantes na efetivação da Política Nacional de Esporte e Lazer e também da criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Já a

3ª Conferência caminhou em outra direção, quando as discussões giraram em torno do Plano Decenal de Esporte e Lazer e os “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, virando o quadro das políticas públicas que estava encaminhado ao projeto de criação de um sistema específico de esporte e lazer, para redirecionar as políticas e ações públicas ao esporte de rendimento, desprezando o direito ao lazer.<sup>10</sup>

Com isso, observamos a importância do estudo e análise dos Documentos Finais da 1ª Conferência Nacional do Esporte realizada em 2004, da 2ª Conferência, realizada em 2006 e da 3ª Conferência, realizada em 2009, para determinar que representações de lazer permeiam essas Conferências. Destacamos ainda a relevância do campo de estudo no qual o lazer se insere, visto que se trata de um direito social, que também deve fazer parte das políticas nacionais.

Com essa pesquisa, torna-se possível buscar como o lazer foi tratado, bem como conhecer que propostas foram aprovadas nas Conferências em suas plenárias finais e assim publicadas em seus Documentos Finais, a fim de orientar as políticas de Estado. Podemos observar a distância entre o que foi aprovado nas três Conferências e o conceito ampliado das práticas de lazer. O estudo mais aprofundado se faz necessário, pois busca determinar que representações de lazer se encontram supostas e que outras possíveis noções de lazer deveriam ser ali contempladas.

Por outro lado a dinâmica dos novos movimentos populares independentes, os Coletivos Urbanos Autônomos de bicicleta, na cidade de São Paulo, tecem as críticas ao neoliberalismo e ao Estado, a partir das posturas que assumem. Podemos considerar os coletivos urbanos como uma forma de resistência às políticas de Estado e ao neoliberalismo na medida em que atuam de forma independente em ações pontuais, que visam mudanças em pequenos núcleos da sociedade. Tais práticas exigem que os membros dos coletivos se dediquem à tarefa da

autotransformação crítica e reflexiva. Os coletivos procuram misturar as diversas experiências das manifestações públicas com a autotransformação e a transformação dos outros e do mundo quando não concebem a política como atividade restrita a um campo de relações. Duarte e Santos entendem que a vida cotidiana está ligada diretamente ao modo como nos deslocamos na cidade. Com isso, as questões ligadas à modalidade e aos usos do espaço urbano e seus planejamentos não podem se restringir apenas a questões técnicas das engenharias de trânsito e, a meu ver, às políticas que regulam os direitos sociais, mas devem se ampliar para a vida política e social cotidiana.<sup>11</sup> Assim me parece claro que a organização de movimentos sociais permeados de horizontalidade nas suas pautas, discussões e ações promove uma forma contemporânea de política, que questiona práticas e discursos hegemônicos quanto ao que deve e ao que pode ser o produção e reprodução da vida nas cidades. Os Coletivos Urbanos Autônomos ligados à mobilidade podem ser exemplos de formas libertárias de pensar e viver. Cabe destacar que os Coletivos tem origem na *Bicicletada*<sup>12</sup> de São Paulo. Esse movimento surge em 2001, colocando-se como horizontal independente, sem líderes: os passeios são organizados pelos próprios participantes e acontecem uma vez por mês. Com uma causa em comum, várias pessoas – com gostos pessoais e opiniões diferentes – se juntam para afirmar e apoiar a possibilidade de pedalar na cidade, tanto como meio de transporte quanto como prática cotidiana de lazer, dando, assim, maior visibilidade ao ser-ciclista. A Bicicletada é um evento mundial que acontece em várias cidades do mundo, inclusive em São Paulo. Esse movimento surge em São Francisco (CA, EUA) como *critical-mass* em 1992, contudo, não se pode esquecer a coincidência com as festas *Reclaim the Streets* (Recupere as Ruas) organizadas na mesma época, em Londres, a favor do caminhar, do pedalar e do transporte público barato ou gratuito, e contra carros, rodovias e todo o sistema que os nutre. Muitos

movimentos de cicloativismo nascem na Bicicletada, pois nela se juntam pessoas com ideias com um forte ponto comum: a paixão – ou o interesse – pela bicicleta. É um momento de encontro, em que cada ciclista da cidade pode pedalar com vários outros com segurança; esse suporte ajuda as pessoas a se sentirem bem pedalando. Dentre os movimentos que surgiram na Bicicletada, podemos citar: Ciclocidade e o Oficina Mão na Roda, o'Gangorra e o Las Magrelas, e o Bike Anjo, grupos que são relevantes para podermos compor o objeto dessa pesquisa.

#### Notas:

---

\* Esta Comunicação de Pesquisa finalidade de apresentar algumas discussões relacionadas com as política Públicas de Lazer e de como os coletivos urbanos ligados a modalidade urbana propõem nova forma de subjetivação da vida política e cotidiano.

\*\* Mestrando do Programa de Estudos Pós-graduados em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Título: Práticas e representações do lazer nas Conferências Nacionais Do Esporte e os Movimentos Autônomos Urbanos de São Paulo. (2004-2013) Orientação: Profª Dra. Estefania Knotz Cangucu Fraga. E-mail: yuri.vsouza@gmail.com

<sup>1</sup> SANT'ANNA, Denise B. *O prazer justificado; História e lazer – (São Paulo, 1969/1979)*. São Paulo: Marco Zero/MCT-CNPq, 1994. p-19.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> DELEUZE, G. Post-scriptum. Por uma sociedade de controle. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1990.

<sup>4</sup> CASTELLANI FILHO, Lino (org). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. São Paulo: Autores Associados, 2007. pp.1-16.

<sup>5</sup> MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Campinas, 2005.

<sup>6</sup> MASCARENHAS, Fernando. Em busca do ócio perdido: idealismo, paniceia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, Valquíria (org.). In: *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 97.

<sup>8</sup> *Idem*.

---

<sup>9</sup> MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org). In: *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. São Paulo: Autores Associados, 2007, pp.17-40.

<sup>10</sup> BRASIL. I Conferência Nacional do Esporte – Documento Final. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004a.

\_\_\_\_\_ I Conferência Nacional do Esporte – Texto Básico. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2004b.

\_\_\_\_\_ II Conferência Nacional do Esporte – Coletânea de textos básicos para as etapas. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006a.

\_\_\_\_\_ II Conferência Nacional do Esporte – Documento Final. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2006b.

\_\_\_\_\_ III Conferência Nacional do Esporte –Resoluções. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.

<sup>11</sup> DUARTE, A.; SANTOS, R.P. A cidade como espaço de intervenção dos coletivos: resistência e novas formas de vida urbana. In: *Ecopolítica*. n. 4, www.revistas.pucsp/ecopolítica. 2012.

<sup>12</sup> Bicletada é o nome utilizado no Brasil Critical Mass (Massa Crítica): <http://critical-mass.info/>; [www.bicicletada.org](http://www.bicicletada.org) – é a “coincidência organizada” de ciclistas que ocupam as ruas para promover e celebrar o uso da bicicleta como meio de transporte. O movimento surge em São Paulo, em 2002, na esteira dos protestos antiglobalização que irrompiam em todo o mundo.

Data de envio: 21/03/2014.

Data de aceite: 30/03/2014.